

ATA DA VI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL

Centro Comunitário de Porto Grande, Amapá

11 e 12 de novembro de 2015

Às 09:00hs do dia 11 de novembro de 2015, no Centro Comunitário, localizado no centro do município de Porto Grande, Amapá, Marcos Pinheiro, moderador, abre a VI Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental saudando a todos e expondo a pauta consolidada no Edital de Convocação 001/2015. Em seguida, passa a palavra para Bruno Walter Caporrino, do Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, para que leia a ata por ele escrita da V Reunião do Conselho, que ocorreu em Macapá, em abril de 2015. Após a leitura da ata, pequenos acertos foram propostos pela plenária que, assim, a aprovou. Marcos Pinheiro abre, então, espaço para informes. Cassandra Oliveira, do ICMBio, fala sobre o curso de guarda-parques, sobre o triste falecimento do ex-conselheiro Paulo Pádua, de Serra do Navio, e sobre a remoção de Paulo Russo, do Parna Montanhas do Tumucumaque, para a Coordenação de Geral de Gestão Socioambiental do ICMBio, em Brasília. Décio Yokota, do Iepé, fala sobre a mobilização nacional do Iepé e de diversas instituições como a Rede de Mosaicos e o WWF em favor dos mosaicos, principalmente no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação – CBUC e no Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social – Sapis e no esforço conjunto de realizar-se um seminário nacional de mosaicos juntamente com o MMA e o ICMBio. Jatuta Wajãpi, representando o Conselho das Aldeias Wajãpi Apina, a pedido dos conselheiros Makaratu e Aka'upotyry (titular e suplente) lê o Ofício 070/2015 do Apina para o IEF, ICMBio, Mosaico e Funai, onde relatam invasões à Flota, ao Parque Nacional e à Terra Indígena, solicitando e propondo ações conjuntas em vigilância e fiscalização, como expedições conjuntas, e suscitando o Plano de Gestão Socioambiental Wajãpi e o Plano Integrado de Proteção do Mosaico. Em seguida, Leonardo Rosa, Rafael Benvindo, Fagner e Damião, representantes do Coletivo Jovem do Mosaico, informam que o Projeto Jovem Protagonistas propôs uma Conferência de Juventude da RDS, durante a V Reunião do Mosaico, e que agora, em dezembro, o realizarão. Edilza Serrano, do Iepé, fala sobre os detalhes do evento e sobre como se pactuou a data de 01 a 04 de dezembro para sua realização, em intenso diálogo da Secretaria Executiva do Mosaico com os moradores da RDS, a escola e com os próprios jovens protagonistas. Bruno, informa rapidamente como foi feito o processo de sensibilização dos conselheiros da sociedade civil nos eixos Perimetral Norte e Laranjal do Jari dos órgãos de governo, cuja ausência lamenta. Informa também sobre o Seminário “O direito dos povos e comunidades tradicionais à consulta prévia, livre e informada”, promovido pelo Conselho das Aldeias Wajãpi Apina, pelo Iepé e pelo Ministério Público Federal em Macapá no dia 12 de novembro, e ressalta a importância de ter esse seminário em mente durante essa reunião do Conselho, especialmente no que se refere aos documentos e instrumentos que o Mosaico pode gerar. Rui Albuquerque, da Sema, informa que no dia 28 de novembro desse ano, a Sema realizará a Reunião do Conselho Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – RDS, na comunidade de São Francisco. Verena,

do Gret, informa que o Gret está com agenda de capacitação de conselheiros da Flota, e propõe que os conselheiros indiquem nomes para a capacitação (que ocorrerá entre março e abril de 2016). Salaria que será uma capacitação por módulo da Flota, sugerindo temas como o Protocolo de Consulta e Consentimento livre, prévio e informado, por exemplo. Solicita da Secretaria Executiva apoio para a mobilização em prol dessas capacitações. Leonardo Rosa, aluno da Efapen, narra a situação difícil em que se situa a Escola (que não recebe os repasses devidos pelo Governo do Estado), e sobre a decisão de sua assembleia segundo a qual os pais dos alunos darão cotas de gêneros alimentícios para sustentar a escola e a permanência de seus filhos. Afirma que a escola produziu documentos sobre o assunto, que visavam levar para a reunião, mas que não conseguiram. Valmir, da Infactopel, salienta que não foi o governador que assinou o convênio, e que o governador, quem quer que seja, não pode dizer isso: o convênio foi firmado pelo Estado, com a escola, bastando recorrer ao Ministério Público. Bruno, sugere que esse seja um tema a ser apreciado pelo Conselho no que se refere aos documentos que pode produzir para influenciar políticas públicas. Décio, dando prosseguimento à pauta, fala sobre os trabalhos realizados pela Secretaria Executiva do Mosaico quanto à execução do Plano de Comunicação do Mosaico. Dando prosseguimento à pauta, Marcos Pinheiro chama Bruno, para que exponha à plenária as decisões da Secretaria Executiva quanto à consolidação das cadeias produtivas. Bruno explica que durante as reuniões de sensibilização realizadas na Perimetral e no Vale do Jari, Edilza e Bruno apresentaram os encaminhamentos da última reunião, acolheram pontos de pauta e, depois disso, sistematizaram o conteúdo que foi apresentado à Secretaria Executiva. A questão da consolidação das cadeias produtivas, disse, foi um dos temas que mais apareceu – e salienta sua importância para o desenvolvimento socioambiental sustentável que reduz pressões sobre as áreas protegidas. Bruno havia se comprometido com o Sr. Pedro Amaral, de Sete Ilhas, a buscar informações sobre a certificação de origem dos produtos, a fim de agregar-lhes valor. Mas informa que, nas reuniões da Secretaria Executiva, debatendo sobre como abordar esse tema durante as reuniões do Conselho, os órgãos-membros da Secretaria Executiva se depararam com muitas dúvidas sobre esse universo, de modo que decidiu-se qualificar mais sobre a matéria antes de propor temas e debates à plenária. A plenária acolhe a proposta e o compromisso. Em seguida, Marcos Pinheiro fala sobre o Regimento Interno do Conselho do Mosaico, lembrando, com ênfase, o que dispõe seu artigo 2º: *“O Conselho do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental tem a finalidade de atuar como instância de gestão territorial, integrada e participativa das áreas protegidas que compõem o Mosaico, auxiliando os gestores e a sociedade civil na gestão destas áreas, visando a conservação da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável”* e seu artigo 3º: *“O Conselho tem caráter consultivo, conforme definido no art. 9º do Decreto Federal 4.340/2002”*. Marcos frisa que o SNUC, quando foi redigido, deu mais ênfase aos conselhos deliberativos enquanto instâncias de governança das Resex, relegando aos demais o status de conselhos apenas consultivos. Mas, na verdade, afirma, esse Conselho do Mosaico, por exemplo, é deliberativo em muitos sentidos, pois lhe compete deliberar sobre diversos aspectos – e cita o exemplo do Ofício 070/2015, do Apina, lido por Jatuta. Em seguida, levanta os aspectos mais relevantes do Regimento. E se detém no que dispõe o Artigo 7º: *“O mandato do*

Presidente, Vice-Presidente, Secretariado Executivo e demais Conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público". Luis Fernandes afirma que Bruno e Edilza, da secretaria executiva, já os sensibilizaram quanto a isso, e instruíram detalhadamente sobre como proceder. Rui, afirma que a Secretaria vai se mobilizar para atender essa demanda. Cleidiane, da RDS do Iratapuru, pergunta se o presidente da comunidade é que pode indicar o representante, ao que Marcos Pinheiro responde que cada organização tem suas modalidades e protocolos para a tomada de tais decisões, mas recomenda que se faça isso através de processos os mais democráticos e representativos possíveis, como assembleias, por exemplo. Roberto Bajara, da RDS, relembra que da IV Reunião saiu o encaminhamento de que, ao escolher os representantes, todos se empenhariam em apontar um jovem como representante. Décio retoma a Portaria 005/2013, do MMA, onde consta a composição fixa do Conselho, e que isso não poderia ser mudado, ao que se refere aos órgãos governamentais, e que cabe a esses órgãos apontar seus representantes. Propõe que seja discutida pelo Conselho a entrada de novas instituições da sociedade civil, bem como a representatividade das hoje existentes no Conselho. Mas relembra que existem Mosaicos onde há conselheiros que não estão descritos na Portaria de Reconhecimento, pois os Conselhos os reconhecem, assim como há Mosaicos onde os presidentes dos Conselhos não são, necessariamente, chefes de unidades de conservação, enaltecendo o poder deliberativo dos conselhos. Marcos sistematiza o encaminhamento: repensar quais organizações têm cadeira no Conselho, e, depois, as organizações repensarem quem são seus representantes. Bruno Caporrino pede a palavra para avisar que a Secretaria recebeu duas atas com indicações de representantes: ata da reunião da Associação Quilombola de São José do Iratapuru e a ata da Reunião da Comunidade de São Francisco, e menciona que, nas reuniões de mobilização, Bruno e Edilza conversaram muito com as comunidades sobre representatividade e sobre sua legitimidade, sugerindo que fizessem assembleias e reuniões, para decidirem seus representantes. Marcos Pinheiro passa então ao próximo ponto de pauta: quais os instrumentos dos quais o Conselho do Mosaico pode se valer para expor e apresentar suas decisões e demandas a fim de garantir a participação e assegurar que as políticas públicas sejam construídas e realizadas a contento. Menciona moções, cartas abertas, orientações, campanhas e recomendações, explicando em detalhes a forma e o sentido de cada um desses instrumentos. E propõe que o Conselho pense em um tema que seja passível de redação de moção, lembrando que uma moção deve ser aprovada por maioria. Bruno, pergunta se o Conselho do Mosaico poderia redigir também resoluções ou orientações técnicas, defendendo que a resolução seria uma maneira de documentar que o conselho, enquanto consultivo, não pode deliberar, mas pode resolver. Contudo, Marcos Pinheiro afirma que tais documentos se aplicariam mais a conselhos deliberativos. Feitos esses esclarecimentos, encerra-se a primeira manhã da reunião. Os trabalhos da tarde são abertos com a apresentação de Euryandro Costa, do IEF, sobre o cadastro de ocupação da Floresta Estadual do Amapá, Flota, feito em função das concessões florestais decorrentes do prescrito no Plano de Manejo da unidade. Narra o processo de construção do Edital de Concessão Florestal, passando pela recomendação do MPE de que fosse refeito o cadastro dos moradores de dentro e do entorno da unidade. Afirma que, pelo edital de

concessão (que foi suspenso), o primeiro lote recairia no Módulo II, de modo que o IEF priorizou o inventário para esse módulo. Afirma que as zonas temporárias do já consolidado Plano de Manejo, onde foram verificadas e as ocupações, serão transformadas em áreas fundiárias. Salaria que, com esse recadastramento completo, áreas com comprovadas ocupações anteriores à criação da unidade serão excluídas de seu perímetro. Sr, Pedro Amaral afirma que os assentados do PA Perimetral têm grandes dúvidas quanto a esse tipo de processo, relatando que funcionários do Terra Legal teriam dito à comunidade que eles não estavam regulares no assentamento, e que na audiência pública realizada esse ano em Pedra Branca não obtiveram informações claras e confiáveis sobre tudo isso. Euryandro retoma o debate realizado durante a 5ª Reunião do Conselho sobre o Módulo I com a presença de Marcos Kowarick, e afirma que esse trabalho visa reconhecer o direito de uso aos que já moram na região há muitos anos, mas não se sabe se na forma de fundiários ou de assentados. Quanto à fala do funcionário do Terra Legal, afirma que não pode responder, mas que o Incra deveria se pronunciar a respeito. Com a palavra, Aretina Tiriyo que, traduzido por Ubirajara, afirma que somente agora o Estado vai resolver isso e, segundo observa nas próprias reuniões do Mosaico, o caso se estende há muitos anos; ele demonstra dúvidas quanto à efetividade de qualquer ação realizada sem consulta prévia, livre e informada, tanto aos indígenas quanto aos assentados. O indígena narra o caso da Micro Central Hidrelétrica realizada pelo Exército na aldeia Missão Tiriyo sem qualquer consulta ou consentimento. Euryandro responde que, quanto à consulta, o IEF não a fará por estar longe das terras indígenas, mas que já houve um pacto entre MPF, IEF, Governo do Estado, Sema e Incra quanto à consulta prévia em relação ao Módulo I. Jatuta Wajãpi, representando o Apina, explica brevemente o Protocolo de Consulta e Consentimento, e afirma que a Flota é vizinha à Terra Indígena Wajãpi para demonstrar que o IEF não pode tomar decisões sem consultar os Wajãpi sobre suas iniciativas, a fim de assegurar ampla participação e, assim, garantir a gestão socioambiental efetiva. Euryandro afirma que o Plano de Manejo, que foi aprovado pelo Conselho Consultivo da Flota, subsidia o Edital de Concessões que, na época, foi aprovado em audiências públicas, para, então, reiterar que o IEF consultará o Apina via Protocolo, mas limitando-se ao Módulo I. Cassandra Oliveira, do ICMBio, relembra que o Conselho Consultivo da Flota tem atribuição de apreciar os editais de concessões e de assegurar controle social sobre isso e que o edital anterior havia sido não somente referendado, mas construído em conjunto com o Conselho. Pergunta, por fim, quando será a próxima reunião do Conselho. Euryandro responde que o edital apreciado pelo Conselho era um pré-edital e afirma que diversas questões técnicas e econômicas tiveram que ser inseridas no edital, a expensas das demandas do Conselho que é consultivo, apenas. Rememora o processo pelo qual, assomados requisitos técnicos ao pré-edital apreciado pelo Conselho da Flota, foi à Procuradoria Geral do Estado, onde hoje se encontra. Quanto à reunião do Conselho da Flota, Euryandro salienta que a Flota passou a ser gestada (por portaria) exclusivamente pelo IEF, o que atrasou um pouco o planejamento das reuniões – que ainda não têm data marcada. Mas menciona as duas consultas públicas que serão realizadas pelo IEF quanto à Lei Estadual de Gestão de Florestas Públicas e a Lei Estadual quanto às Mudanças Climáticas, e que o Projeto Geflo, do Gret, apoiará tais consultas. Reiterando a pergunta do jovem Rafael Benvindo, Leonardo Rosa pergunta como o Plano de Manejo e o edital

de concessões assegura a extração sustentável, com perenidade. Euryandro explica em detalhes como o contrato de 40 anos previsto pelo edital prevê a exploração sustentável por UPAs – Unidades de Produção Anual. Euryandro afirma que, firmado o contrato, a exploração será feita em atenção estrita ao Plano de Manejo e sob fiscalização do Imap. Dúvidas quanto à fiscalização das concessões na Flota emergem da Plenária, ao que Bruno gostaria de registrar seu desgosto com a ausência de órgãos como o Imap e o Incra na plenária, que têm cadeira no Conselho. Em seguida, Marcos Pinheiro passa a palavra a Rui, da Sema, para que exponha à plenária a situação fundiária e de implementação da RDS do Iratapuru. Rui faz um histórico sobre a situação dos diversos polígonos existentes para a RDS, com destaque para o que consta no Plano de Manejo da unidade. Narra a seguir como o WWF, apoiando a consolidação do Plano de Manejo, apoiou expedições para averiguação de limites entre a Esec Jari e a RDS do Iratapuru, sobressaindo-se áreas reivindicadas pela empresa Jari Florestal, que requer uma área de 3km sobre a zona de amortecimento da RDS, que é de 10km. Apresenta então parecer do COFAP, do Imap, em que consta o histórico do processo de criação da RDS (apresentação em anexo), onde há menção ao fato de que “apesar de criada por Lei Estadual em 1997, ainda não está regularizada juridicamente no Cartório de Registros”. Rui afirma que é prioridade da Sema proceder a regularização fundiária da unidade, mas que, em virtude dessa querela com o Grupo Orsa, quanto à discrepância entre limites, ainda não foi possível resolver a questão definitivamente. Noticia que o Grupo Orsa teria se mostrado disposto a abrir mão dessa área, faltando à Sema apurar o processo para que o Governo do Estado possa arrecadá-la definitivamente. Para a concretização disso faltaria apenas a realização de expedições de campo para georreferenciamento, o que será feito em cooperação com o Imap. Finalizada sua apresentação, o conselheiro Luis Fernandes, de Cachoeira do Iratapuru, RDS, argumenta que é público e notório que, quando da criação da RDS, os antigos proprietários de terras na região, portugueses, que venderam os lotes à Jari, detinham pequenas áreas acima da região da Jari Celulose, em localidade conhecida, como o Banco de Arroz. Afirma que estaria faltando apenas fazer expedições aos limites para georreferenciar e eliminar qualquer dúvida e reitera sua disposição em contribuir para a solução desses problemas. Rui explica que a área em questão, a sudeste da unidade, seria reconhecida pelo próprio MPF como uma área de sobreposição entre a RDS e a área da Jari Celulose, e que esta, por sua vez, abriria mão dessa faixa de 3km e a transformaria na área de amortecimento da RDS. Afirma que a Sema pretende entrar em acordo com o Exército para proceder esse georreferenciamento e ir além, fazendo a sinalização desse limite. Aldemir Pereira, presidente da Comaru, refuta a tese de Rui segundo a qual não haveria castanhais nessa região sob o litígio e atesta que há inclusive exploração deles por parte dos castanheiros, segundo contempla o próprio Plano de Manejo, que, conforme prevê, terá que ser revisado em virtude da solução definitiva dessa questão. Rui Albuquerque, da Sema, responde que Norma, gestora da RDS, está nesse momento na unidade em reunião com o Incra para discussão inclusive sobre proposta de criação de um projeto de assentamento agroextrativista nessa região, bem como sobre a zona de amortecimento da RDS, ponderando, inclusive, as responsabilidades que o Incra tem ao criar um projeto de assentamento, condições sem as quais tal criação (muito sedutora para a sociedade civil) tende a ser ineficaz e repleta de problemas. O conselheiro

Sebastião Gomes comenta que na Serra do Navio, o Incra procedeu com a mesma irresponsabilidade, nas regiões de Cachaço e Escondido, de modo que se faz manejo sem regulamentação, num contexto em que posseiros estão completamente desprovidos de condições para produzir e escoar, questionando, assim, a finalidade da criação desses assentamentos. O conselheiro Luis Fernandes considera que tais iniciativas vêm sendo desenhadas sem qualquer consulta aos reais interessados, ao que Marcos Pinheiro considera que esse pode ser um caso exemplar ao qual se aplicaria uma Moção do Conselho, a ser replicada em outras instâncias de governança, como o próprio Conselho Gestor da RDS, por exemplo. Marcos comenta que esse é um importante aspecto para o qual o Conselho pode se dedicar via moção. A conselheira Cleidiane Nascimento, representante da Comaru, expõe em detalhes a situação vivenciada pelos castanheiros que, diante dessa indefinição fundiária, muitas vezes trabalham sobre terras sobre as quais não possuem sequer direito de uso. Rui argumenta que é esse o problema que a Sema vem tentando evitar com o ordenamento fundiário definitivo da RDS, e cobra o Imap, que não se faz presente, que desempenhe suas funções na questão com mais agilidade. Já o conselheiro Antônio Baía, da RDS, afirma que funcionários da Jari Celulose argumentam que só faltaria o Governo do Estado produzir um documento que confirmasse a cessão da terra e sua arrecadação, mas Rui responde que para a solução ser definitiva, além disso é necessário que se faça uma série de expedições a campo para a consolidação do ordenamento. O conselheiro Luis Fernandes argumenta, por sua vez, que, diante da iminência da reunião do Conselho Gestor da RDS, esse tema seja colocado em pauta, mas com qualificação, mediante um bom trabalho de articulação prévia, envolvendo o Imap, para que, somente assim, nessa reunião, se possa apreciar dados mais concretos. Rui afirma que concorda com a proposta de Marcos Pinheiro para que o Conselho do Mosaico produza uma moção nesse sentido, e reforça o papel e o poder do Conselho Gestor da RDS na questão. A seguir, Marcos Pinheiro dá encaminhamento à pauta, abordando a questão das formações dos conselheiros, tema acatado por Bruno e Edilza em todas as reuniões de sensibilização realizadas na Perimetral, entre os indígenas, e no Vale do Jari. Marcos propõe que um dos temas seja cidadania, frisando o teor do assunto e o papel da formação para a qualificação da atuação dos conselheiros enquanto representantes de coletivos organizados. O segundo tema para capacitação, que identifica entre todos os debates do Conselho, é o das políticas públicas (leis, programas, projetos de governo e participação). Outros temas apontados por Marcos: mudanças climáticas; associativismo e cooperativismo; estatutos sociais; planejamento estratégico de organizações e gestão financeira; concessões florestais, e consulta prévia, livre e informada, por exemplo. Com base nessas sugestões, Marcos propõe que a plenária se organize em grupos para debater quais desses temas seriam prioritários, e pede para, além disso, apontarem outros temas. Os trabalhos do segundo dia de reunião têm início às 08:30. Marcos Pinheiro rememora os trabalhos do dia anterior e expõe o cronograma de atividades planejado, que contaria com uma apresentação de Érico Kauano, do ICMBio, sobre a Flona e da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Pedra Branca do Amapari, que, durante as reuniões de sensibilização em que foram acolhidos os pontos de pauta, se comprometeu em fazer uma apresentação sobre a Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo, que, segundo rememora Bruno, faz parte do Mosaico. Bruno relembra que o

objetivo dessa apresentação seria trazer ao público a situação em que se encontra a unidade. Bruno rememora ainda que o objetivo de realizar a reunião em Porto Grande era contemplar a situação do município diante da construção da Usina Hidrelétrica e que contatos com a CTA, empresa responsável pelo monitoramento ambiental da obra foram feitos, mas não foi possível levá-los à reunião. Bruno pontua, ainda, que a visita técnica ao canteiro de obras, que objetivava dar continuidade ao que foi feito na RDS, foi colocada em último plano porque, quando Bruno e Edilza, fizeram as reuniões de sensibilização, acolheram muitos pontos de pauta, motivo pelo qual acreditaram que, mesmo os filtrando, dois dias não seriam suficientes. Walmir, da Infactopel, gostaria de registrar em ata seu desagrado com a ausência absoluta dos órgãos de governo como Ibama, Funai, Imap, Incra e do próprio ICMBio, que tem imensa responsabilidade quanto ao Mosaico e não se faz presente. Marcos Pinheiro dá prosseguimento, então, aos trabalhos iniciados em grupos no dia anterior: cada grupo apresenta os pontos acerca dos quais chegaram ao consenso quanto às formações a que o Conselho deve se dedicar. Com a chegada de Érico Kauano, Marcos Pinheiro sistematiza as apresentações: os temas prioritários para capacitações seriam: associativismo, captação de recursos para associações; elaboração de projetos; atuação dos conselheiros; gestão financeira de associações; políticas públicas; participação; planejamento estratégico; gênero e juventude; consulta prévia, livre e informada e articulações institucionais. Feitas as apresentações, Marcos Pinheiro encaminha, então, a próxima atividade: consolidar moções e propõe que a plenária se divida em grupos da sociedade civil. Os grupos discutem e redigem suas moções e, em seguida, Marcos Pinheiro passa a palavra para Arlete Pantoja, representante da Associação Bom Sucesso, da região da Floresta Nacional, para que exponha o trabalho da Associação, especialmente com recursos florestais não madeireiros, como é o caso do Projeto Andiroba. Tiradas as dúvidas, o Sr. Raimundo Ferreira, da Vila de Tucano II, Projeto de Assentamento Perimetral Norte, elogia muito o trabalho apresentado pela Associação e reforça seu apelo para que, antes de se propor a preservação ambiental, todos se esforcem em assegurar os direitos humanos, e todos os outros direitos, passando a reiterar a necessidade de apoio ao agricultor familiar e aos extrativistas para que, providos de apoio e recursos, possam usufruir do meio ambiente com qualidade sem exercer pressões. Menciona que o apoio que o Apina, o Mosaico e o Iepé têm tentado dar aos agricultores familiares que moram em volta das áreas protegidas é valioso, mas ainda incipiente. Edilza repassa informes quanto à logística. Encerrando os trabalhos da manhã, o Conselho ruma à visita ao Rio Araguari e a Ferreira Gomes. Depois de visitada a Barragem da UHE Ferreira Gomes da ponte da BR-156, à beira do Rio Araguari, já em Ferreira Gomes, os conselheiros presentes debatem longamente a questão dos impactos desses empreendimentos, com ênfase às instâncias de governança e controle social que devem servir para salvaguardar o direito da sociedade civil em organizar-se para, apreciando os assuntos, decidir junto com o Estado o desenho dos empreendimentos e iniciativas. Sobressaltados, chegam a consensos sobre a necessidade de criar e fortalecer os conselhos municipais de meio ambiente e os comitês de bacia, e a necessidade de pensar em estratégias para controle social da condução mesmo dos estudos prévios. Feito esse debate, Marcos Pinheiro coloca em questão as moções. Décio e Bruno advertem que não há, no Regimento Interno do Conselho, nenhum dispositivo regulamentando os critérios para aprovação

desse tipo de documento e sugerem à plenária que esse tema seja prioritário para a próxima reunião. Aprovado. Longo debate se estende acerca da aprovação, ou não, das moções produzidas, uma vez que a maioria dos representantes dos órgãos públicos se fazem ausentes. Bruno salienta, ainda, que há a questão do quórum e que tudo isso pode ameaçar a legitimidade dos documentos do Conselho, o que seria muito negativo. Bruno sugere que as moções devem advir prontas, desde as bases, sistematizando consensos prévios e internos, e, por isso, legítimos, a serem apreciados pelo Conselho. Diante disso, os presentes decidem aprovar as três moções produzidas, considerando, em suas redações, que seus autores são somente os participantes presentes no dia de hoje, 12 de novembro de 2015, e que os pontos focais das moções, Bruno, Décio e Érico, irão fechar a redação, passar para Marcos Pinheiro para que faça a revisão e, em seguida, encaminhar à Secretaria Executiva para acrescentar logomarca, assinatura da Secretaria Executiva e, somente então, tais moções serão encaminhadas aos órgãos competentes. Diante disso, encerra-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho.